



Prefeitura Municipal de Itarana

Espírito Santo

CONTRATO Nº 50/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

Processo n.º 001528/2021 de 06 de abril de 2021

Origem: Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, 65, cidade de Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor **Vander Patrício**, brasileiro, casado, residente na Rua Valentin De Martin, 409, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, portador do CPF nº 096.803.847-64 e RG nº 1.858.186-SSP/ES, doravante denominados **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **INDUSTRIA E COMERCIO DE URNAS E CAIXOES SANTA TEREZINHA LTDA ME**, CNPJ Nº 00.751.812/0001-79, estabelecida na Travessa Clemente Baldotto, 210 A, Santa Terezinha, Itarana/ES, Cep: 29.620-000, neste ato representada pelo Senhor **Jailson João Dominicini**, brasileiro, comerciante, residente à Quadra 01- Casa 06, Itaraninha, Itarana/ES, Cep: 29.620-000, portador do CPF nº 004.428.547-73 e CI nº 969.719 SPTC-ES, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato conforme Processos e Pregão supra referidos, tudo de acordo com a Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento contratação de empresa especializada no fornecimento de Urnas Funerárias (caixões), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1 - O presente contrato subordina-se às legislações supracitadas, bem como a todos os atos constantes do processo administrativo já referenciado, inclusive a Proposta de Preços formulada pela própria contratada que passam a fazer parte integrante deste contrato como se transcrito estivesse para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O valor global do presente contrato é estimado em **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), de acordo com a proposta vencedora, ora Contratada.

3.2 - No preço contratado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes ao fornecimento dos materiais tais como, despesas administrativas, salários, contribuições sociais, embalagens, transportes, cargas, descargas, seguros, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, observadas com as condições estabelecidas neste CONTRATO.



Prefeitura Municipal de Itarana

Espírito Santo

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O início de vigência da presente contratação dar-se-á por 12 (doze) meses a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES - <https://diariomunicipales.org.br>.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - Os pagamentos serão efetuados após o fornecimento e mediante o fornecimento à Prefeitura Municipal de Itarana/ES de nota fiscal, bem como os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas. Estes documentos depois de conferidos serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 20 (vinte) dias úteis após a respectiva apresentação.

5.2 - Ao final de cada mês a Empresa contratada apresentará a Nota Fiscal com os comprovantes das concessões autorizadas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, após o indivíduo ou família ter realizado a viagem, a nota fiscal será atestada pelo fiscal da nota empenho e encaminhada ao Gestor para que realize o encaminhamento ao Setor Contábil para liquidação e pagamento em até 20 dias subsequentes a emissão da nota fiscal;

5.3 - O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal e tributária por parte da empresa Contratada.

5.4 - A nota fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social contida no Contrato;

5.5 - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA, Rua, Elias Estevão Colnago 65 - Centro - Itarana - ES, inscrita no CNPJ 27.104.363/0001-23.

5.6 - Ocorrendo erros na apresentação da Nota Fiscal, ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Itarana.

5.7 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

5.8 - Não serão realizados pagamentos antecipados sem o cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrá (ão) pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

070001.0824400092.043 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITAFicha - 00193Fonte de Recurso - 13900010000.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E EXECUÇÃO

7.1 - O objeto será fornecido **PARCELADAMENTE**, de acordo com a necessidade e conforme Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Assistência

Social, inclusive nos sábados, domingos e feriados.

7.1.1 - As urnas funerárias, dado a sua peculiaridade e destinação, **deverão ser entregue no prazo máximo de 2 (duas) horas, no local indicado pela Municipalidade, contadas a partir da solicitação formal (Ordem de Fornecimento) recebida pela empresa licitante.**

7.1.2 - **A solicitação poderá ser feita a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em domingos e feriados. Em casos de urgência, a solicitação poderá ser feita exclusivamente pela Secretária de Assistência Social, mediante telefone ou contato verbal.** Nesse caso, no próximo dia útil serão tomadas as providências necessárias para a formalização.

7.1.3 - A não entrega do objeto no prazo máximo estabelecido no subitem 7.1.1, deste edital, configurará inadimplemento contratual, podendo a Administração Pública aplicar as penalidades ao licitante.

7.1.4 - O objeto desta contratação deverá ser fornecido de acordo com as necessidades, obedecendo aos critérios para concessão de Benefícios Eventuais contidos nos Artigos 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 da Instrução Resolução CMASI/Itarana nº 017/2020, publicada em 05 de junho de 2020. Mensalmente será realizado um balancete da quantidade de Serviços Prestados, e em seguida será protocolado ao Gestor, pelo Fiscal de Contrato a relação do quantitativo de serviços prestados contendo a relação nominal dos beneficiários juntamente nota fiscal, regularidades fiscais e relatório de fiscalização.

7.2 - Os produtos deverão ser de ótima qualidade e atender às especificações exigidas, novos e originais, sem uso anterior, entregues adequadamente, firmes e devidamente lacradas, de forma a preservar suas características originais, conforme exigido, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado.

7.3 - Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.


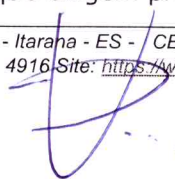
7.4 - Se verificada a inadequação do produto ou sua falsidade, será feita notificação da empresa para que promova a substituição, no prazo imediato. Caso não seja realizada a substituição, a empresa ficará sujeita as penalidades previstas na Lei 8.666/93.

7.5 - A contratada deverá seguir as orientações quanto as recomendações dos Órgãos de Saúde, em especial a Nota Técnica, COVID-19 Nº 50/2020 - SESA/SSAS/SSVS, onde a Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo vem apresentar as recomendações acerca do manejo de corpos no contexto da pandemia do Coronavírus.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1- São Obrigações do Contratante:

- a) Efetuar o pagamento após a entrega do objeto em caso de aceitabilidade;
- b) O contratante tem a obrigação de proporcionar a contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento do serviço.
- c) Pagar a contratada o preço estabelecido no contrato.
- d) Fiscalizar e acompanhar a execução do serviço.
- e) Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.





Prefeitura Municipal de Itarana

Espírito Santo

- f) Providenciar os pagamentos a contratada a vista das Notas Fiscais / Faturas, devidamente atestadas nos prazos fixados.

8.2- São Obrigações da Contratada:

- a) Entregar o objeto contratado em perfeitas condições no local indicado pelo Município, em até 02 (duas) horas após o recebimento da Ordem de Fornecimento, em conformidade com o contrato, e proposta apresentada na hora do certame;
- b) Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- c) Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual.
- d) Registrar as ocorrências havidas durante a execução do contrato, dando ciência ao contratante e respondendo integralmente por sua omissão.
- e) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causadas pela contratada, seus empregados, ou prepostos ao contratante ou a terceiros.
- f) Observar as prescrições relativas às Leis Trabalhistas, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como o pagamento de todo tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.
- g) Responsabilizar-se tecnicamente pela execução do objeto na forma da legislação em vigor, bem como, executar os trabalhos discriminados pela cláusula primeira do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura Municipal de Itarana/ES, doravante denominado CONTRATANTE, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas à CONTRATADA:

- a) Advertência, nos casos de pequenos descumprimentos, que não gerem prejuízo para a Prefeitura Municipal de Itarana\ES;
- b) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso;
- c) multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) suspensão para contratar com a Administração Municipal;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

§ 1º - Antes da aplicação de qualquer das sanções, a CONTRATADA será advertida devendo apresentar defesa em 05(cinco) dias úteis.

- a) A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das sanções cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.
- b) A advertência, quando seguida de justificativa aceita pela Administração, não será computada para o fim previsto na letra "a" deste parágrafo.
- c) A advertência, quando não seguida de justificativa aceita pela Administração, dará ensejo à aplicação das sanções das letras "b" e "e" do caput.



Prefeitura Municipal de Itarana

Espírito Santo

§ 2º - As multas previstas nas letras "b" e "c" do subitem 9.1 poderão ser aplicadas em conjunto e poderão ser acumuladas com uma das sanções previstas nas letras "d" e "e", do caput (subitem 9.1).

a) A multa moratória será calculada do momento em que ocorrer o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

§ 3º - As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato, devidamente atualizadas nos termos das cláusulas do ajuste.

§ 4º - Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves, a Administração, poderá, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das sanções previstas na letra "d" ou "e" do caput desta cláusula.

§ 5º - Se os danos restringirem-se à Administração, será aplicada a sanção de suspensão pelo prazo de, no máximo, 02 (dois) anos.

§ 6º - Se puderem atingir a Administração Municipal como um todo, será aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade.

§ 7º - A dosagem da sanção e a dimensão do dano serão identificadas pela Secretaria solicitante.

§ 8º - Quando declarada a Inidoneidade da CONTRATADA, o Secretário submeterá sua decisão à Procuradoria Municipal a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 9º - Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo de lei.

§ 10º - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a sanção de suspensão, acima tratadas, as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtudes de atos já praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e sanções previstas neste instrumento.

10.2 - Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- III - A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - O atraso injustificado no fornecimento do objeto licitado;
- V - A paralisação do fornecimento do objeto licitado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

- VI - A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução do contrato, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
- IX - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X - A dissolução da sociedade;
- XI - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- XII - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XIV - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos fornecimentos já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XV - A supressão, por parte da Administração, dos fornecimentos, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

10.2.1. A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada assegurada o contraditório e a ampla defesa.

10.3. - A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do subitem 10.2;

II - amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

III - judicial, nos termos da legislação.

10.3.1 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de parecer da Procuradoria e decidida pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução deste Contrato será acompanhada pelo (s) Responsável (is) Solicitante (s), nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, bem como da Instrução Normativa SCL Nº 006/2015, de 27/03/2015, dando também cumprimento as normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.

11.2 - O Gestor do Contrato será o responsável solicitante pela contratação, com atribuições e deveres estabelecidos no artigo 6º (sexto), da Instrução Normativa SCL Nº 006/2015, de 27 de março de 2015.

11.3 - O Fiscal do contrato será nomeado através de portaria, após assinatura e empenho do contrato, conforme indicação feita no termo de referência pelo solicitante, de acordo com o inciso IV, artigo 6º (sexto), da Instrução Normativa SCL Nº 006/2015, de 27 de março de 2015.



Prefeitura Municipal de Itarana
Espírito Santo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO E DOS ADITAMENTOS

12.1 - Os preços são fixos e irredutíveis.

12.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, Mediante Processo, devidamente instruído, conforme parágrafo 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 - Aplica-se a execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - O presente Contrato será publicado, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, na forma estipulada no art. 111 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - Estando contratados assinam o presente instrumento acompanhado das testemunhas abaixo para que surta seus legais efeitos.

Itarana/ES, 18 de MAIO de 2021.

CONTRATANTE: _____

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

Sr. Vander Patrício
Prefeito Municipal

CONTRATADA: _____

IND. E COM. DE URNAS E CAIXOES SANTA TEREZINHA LTDA ME

Sr. Jailson João Dominicini

Testemunhas: _____



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITARANA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Prefeitura Municipal de Itarana

ANEXO I - CONTRATO Nº 50 /2021

Pregão Presencial Nº 011/2021

Empresa: IND COM DE URNAS E CAIXOES SANTA TEREZINHA LTDA ME

CNPJ: 00.751.812/0001-79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Item	Ficha	Quant	Unidade	Especificação	Marca	Unitário	Valor Total
001	00193-13 90001000	30,00	UN	URNA FUNERÁRIA ADULTO Confeccionada em madeira de pinus; forro interior em tecido TNT; acabamento em verniz de alto brilho; tampa com 04 chavetas; 06 alças articuladas tipo parreira; dimensões: largura parte inferior ombro 58 cm, largura parte superior ombro 64 cm, comprimento parte inferior 1,90m, na parte superior 1,96m, altura 22 cm; padrão popular; modelo: sem visor.	SANTA TEREZINHA	700,00	21.000,00
002	00193-13 90001000	5,00	UN	URNA FUNERÁRIA INFANTIL 60 CM Confeccionada em madeira de pinus; forro interior em tecido de TNT; acabamento na cor branca; tampa com 04 chavetas; com 04 alças articuladas tipo parreira; dimensões: largura parte inferior ombro 43cm, largura parte superior ombro 46cm, comprimento, padrão: popular; modelo comum sem visor.	SANTA TEREZINHA	330,00	1.650,00
003	00193-13 90001000	5,00	UN	URNA FUNERÁRIA INFANTIL 1,30 CM Confeccionada em madeira de pinus; forro interior em tecido de TNT; acabamento na cor branca; tampa com 04 chavetas; com 04 alças articuladas tipo parreira; dimensões: largura parte inferior ombro 43cm, largura parte superior ombro 46cm, comprimento, padrão: popular; modelo comum sem visor	SANTA TEREZINHA	470,00	2.350,00
Total							25.000,00
Total Geral							25.000,00

Itarana/ES, 18 de MAIO de 2021

CONTRATANTE:

[Assinatura]
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
Sr. Vander Patrício
Prefeito Municipal

CONTRATADA:

[Assinatura]
IND COM DE URNAS E CAIXOES SANTA TEREZINHA LTDA ME
Sr. Jailson João Dominicini